



vitruvius | pt|es|en

receive the newsletter | contact | + vitruvius

search

in vitruvius



ok

vi tru vitruvius

research

bookshelf
newspaper
magazines
invitruvius

magazines

architexts
architectourism
drops
mycity
interview
projects
reviewsonline

newspaper

news | arts & culture | sketches | events | competitions | selections | readers

news

03/05/2011

Parque do Flamengo e Marina da GlóriaVereadora Sonia Rabello defende necessidade de audiência pública
Rio de Janeiro

Vereadora tem como objetivo solicitar que antes da análise do anteprojeto que permite a modificação do uso de parte do Parque do Flamengo seja ouvida a sociedade carioca.

A Vereadora Sonia Rabello protocolou, nesta terça-feira, dia 26 de abril, uma indicação à Mesa Diretora da Câmara Municipal do Rio para que seja expedido ofício ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e ao seu Conselho Consultivo.

O objetivo é solicitar que antes da análise do anteprojeto que permite a modificação do uso de parte do Parque do Flamengo - Marina da Glória, seja ouvida a sociedade carioca, conforme



Vereadora Sonia Rabello [divulgação]

Parque do Flamengo e Marina da Glória

source

Joylce Dominguez
Rio de Janeiro RJ Brasil

share



0 tweet



preconiza a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade.

Para a Vereadora Sonia Rabello, através de Audiência Pública a ser promovida pela Comissão Especial de Patrimônio Cultural da Casa Parlamentar, representativa do povo da Cidade do Rio de Janeiro, é possível dar legitimidade à qualquer proposta de modificação ou privatização de uso de parte do Parque. "Apesar de estarmos na época em que o discurso da transparência é uma constante, tem-se a notícia que há em exame no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) um novo e secreto projeto para uso privado, da área da Marina da Glória, desta vez bancado pelo mega milionário Eike Batista. Este novo projeto, que certamente visa consolidar na área, sob a forma de cimento e cal, mega espaços de espetáculos e eventos privados, tem como motivo e interesse especial a extensão da área de entretenimento e lazer do Hotel Glória, que fica em frente, e que também foi comprado pelo empresário (cuja obra, depois de iniciada, e destruído o teatro, encontra-se paralisada). E este propósito não tem nada de misterioso, porque já foi explicitado pelo próprio empresário. O mistério é o projeto e o seu conteúdo. Não se sabe o que é proposto. Nem como, e nem porquê. Não se sabe se já teve o aval da Prefeitura e dos demais órgãos ambientais. Só se sabe que tramitou na Superintendência Estadual do Iphan no Rio, e que foi encaminhado ao seu Conselho Consultivo. Atualmente está com os membros da Câmara Técnica de Arquitetura daquele Conselho.

E por que isto? Porque foi o Iphan quem determinou, nos idos de 1998, que *no Parque do Flamengo só poderia ser construído o que estava previsto no projeto original tombado*. Esta decisão foi contestada pelo administrador da Marina da Glória na Justiça. Mas, depois de uma luta judicial de 14 anos, *com um imenso esforço e apoio da sociedade civil carioca*, esta diretriz do Conselho foi tida como legítima pela Justiça Federal, e

mantida. Ela está em vigor. Portanto, o grande empecilho para mudar a destinação da Marina da Glória, *tornando-a um local de eventos privados*, é mudar o parecer do Conselho do Iphan em relação à área, e, conseqüentemente, ao Parque. Ou seja, abrir a guarda em relação a uma forma de edificação que, aparentemente, seja admissível, porque em tese poderia não ser muito visível. Mas é privatização de um bem projetado para ser um parque botânico, indivisível, e de uso comum do povo na sua totalidade. *O que é incrível é que tudo isto, em pleno século XXI, se passa sem qualquer audiência pública, sem ouvir a comunidade que se empenhou e lutou para manter a decisão do Conselho – da não edificabilidade do Parque! É imprescindível, pois, antes de qualquer decisão, que se ouça a sociedade carioca sobre um assunto que lhe é tão caro. Especialmente agora que se propôs à Unesco a indicação da paisagem cultural do Rio como patrimônio da humanidade. Como ser patrimônio da humanidade sem ser antes patrimônio dos cariocas? Por isso, a única decisão legítima a ser tomada, no momento, por parte dos órgãos públicos sobre uma área tão cara e popular, será a de discutir o proposta em audiência pública! E esta, a audiência pública, poderá ser feita na Câmara de Vereadores do Rio, onde já se instalou uma Comissão Especial sobre o Patrimônio Cultural da Cidade. Afinal, como disse o saudoso Aloísio Magalhães, o grande reformador do Iphan, 'a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio'."*